



Judiciário deve investir R\$ 490 milhões em tecnologia

A agilidade do sistema Judiciário depende, essencialmente, da modernidade de seu modelo de gestão. A análise foi feita nesta segunda-feira (23/5) durante a abertura do I Fórum Tecnologia, Gestão e Inovação da Justiça, em Brasília. O evento, promovido pelo INQJ — Instituto Nacional da Qualidade Judiciária, vai até quarta-feira (25/5).

Durante a abertura, a presidente do INQJ, Elizabeth Leão, apresentou dados de uma pesquisa feita com 187 órgãos do Judiciário em todo país, que mapeou o nível de informatização da Justiça brasileira.

A presidente do INQJ apontou que o futuro promete ser mais promissor para o Judiciário. Segundo ela, para este ano a projeção é de que sejam investidos cerca de R\$ 490 milhões em Tecnologia da Informação no setor. “Os tribunais estão buscando melhorias. No entanto ainda falta planejamento estratégico. Muitas vezes as mudanças de comando dentro dos tribunais acabam sendo usadas como entrave para a modernização”, afirmou.

Para Elizabeth, apesar dos avanços tecnológicos, a situação ainda é precária. “Temos muito trabalho pela frente. A burocracia é um grande problema e nosso modelo de gestão é muito arcaico”, comentou.

A abertura do Fórum teve a participação da ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça. A ministra aproveitou para elogiar o estudo feito recentemente pelo Supremo Tribunal Federal que apresentou um amplo panorama do sistema Judiciário em todo o país. “A pesquisa do STF mostrou que, efetivamente, precisamos nos unir. O que se fez até hoje foi equivocado, no sentido de continuarmos no isolamento. Por isso, nada mais significativo do que esse evento”, afirmou a ministra.

Polêmica

O I Fórum Tecnologia, Gestão e Inovação da Justiça discute até a próxima quarta-feira (25/5) temas importantes e polêmicos. Entre os painéis programados está o que trata do programa “Justiça sem Papel”, uma iniciativa do grupo Souza Cruz para modernizar o sistema Judiciário.

A polêmica está no fato de que, na semana passada, um juiz federal de Brasília suspendeu o programa alegando que o Judiciário não pode aceitar benesses de empresas privadas.

Date Created

23/05/2005